

## PREJUDICADOS PELO BRT

# Prefeito descarta reduzir impostos

Rennan Oliveira/Secom Cuiabá



### Da redação

O prefeito Abílio Brunini (PL) se manifestou contra o projeto para reduzir Imposto Sobre Serviços (ISS) e Imposto de Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) para os

comerciantes da Avenida do CPA que estariam sofrendo queda nas vendas devido ao caos provocado pelas obras BRT (Ônibus de Trânsito Rápido, na sigla em inglês). Após a abertura de grande parte da avenida, as obras foram parali-

sadas devido ao embate entre o Consórcio Construtor BRT e o Governo do Estado, que quer rescindir o contrato.

Em conversa com jornalistas, Abílio lembrou que vereadores não podem criar projetos de lei gerando despesas ou re-

núncia de receitas para o Poder Executivo.

"Infelizmente, o vereador não pode fazer ações que criem descontos ou gerem despesas ou corte de receita ao município. Um vereador tomar uma iniciativa dessa, infelizmente, ele

está indo contra os atos que são pré-definidos já pela separação dos Poderes. Assim como o Poder Executivo não pode ter as atividades do Legislativo, o Legislativo não pode ter as atividades do Executivo. Eu acho que, infelizmente, apesar da boa intenção, é um projeto natimorto", avisou.

Sobre o mérito do projeto, Abílio afirmou que não faz parte do planejamento da Prefeitura conceder alívio tributário aos comerciantes, devido ao momento financeiro que o município vem passando, de calamidade financeira.

"Infelizmente não faz parte do nosso planejamento no momento. Nós estamos em um momento de dificuldade financeira, as obras do BRT vão afetar mais o município em outro momento, até porque não temos um cronograma definido agora e falta o governador [Mauro Mendes] ainda decidir o que vai ser feito, se vai ser o próprio Governo, se vai ser outra empresa, quando ela vai começar a afetar outras áreas das

atividades comerciais. Só quando a gente tiver essa informação mais certa, vai poder tomar uma decisão", comentou.

Autor do projeto, o vereador Jefferson Siqueira (PSD) alega que ficaria a cargo da Prefeitura de Cuiabá a definição sobre o valor dos descontos no IPTU e no ISS que seria concedido aos empresários, caso a norma seja aprovada.

"É uma questão de estratégia econômica, de impulsionar o mercado. As empresas pagam impostos e tiveram uma queda em 40% nas vendas, e isso vai refletir no desemprego. Tem muitas empresas que já fecharam as portas. Isso não é um bom cenário para Cuiabá. [...]. As empresas pagam impostos, geram empregos e temos que ser amigos agora. O que não podemos ver é essas empresas fechando as portas e saindo de Cuiabá. O projeto é autorizativo, para que ele possa pensar da melhor maneira em um percentual para dar para esses empreendedores", explicou o vereador.

Gilberto Leite



## Júlio: Ranalli está sendo radical ao atacar Carnaval

### Da redação

O deputado estadual Júlio Campos (União) afirmou que a atitude do vereador Rafael Ranalli (PL) em proibir o investimento no carnaval nos próximos 4 anos é muito radical. Em conversa com jornalistas, Júlio disse que Carnaval é uma festa cultural de Cuiabá e que a Secretaria de Cultura deve atender também esse tipo de evento. Ele ainda disse que está ajudando no financiamento de um carnaval na Praça da Mandioca.

"Não pode o radicalismo. O vereador Ranalli, com todo o respeito que merece, está sendo um pouco radical, né?! De querer proibir os próximos anos. Isso é inviável, por que a Secretaria de Cultura existe para quê? Para incentivar os eventos culturais e carnaval faz parte da cultura brasileira, faz

parte da cultura cuiabana", disse.

O deputado ressaltou que é compreensível o Município não fazer o investimento neste ano, uma vez que o prefeito Abílio Brunini (PL) decretou estado de calamidade financeira no começo de janeiro.

Além disso, ele lembrou que o Estado está aí para ajudar nos investimentos culturais que trazem retorno financeiro aos municípios.

"Eu mesmo já acertei com aquele pessoal ali da Praça da Mandioca, que é um carnaval típico, tradicional, que não tiveram apoio nenhum, que eu vou aportar com um recurso pessoal de Júlio Campos para ajudar a ter o carnaval lá. Esse carnaval existe há 52 anos ali na Mandioca. E não é por falta do recurso da prefeitura que tem que deixar de acontecer", disse.

### Da redação

A Polícia Civil de Mato Grosso deflagrou, nas primeiras horas da manhã de quinta-feira, 6 de março, mais uma fase da Operação Office Crime - A Outra Face, que investiga o assassinato do advogado Renato Gomes Nery. Dos seis alvos de mandados de prisão temporária, cinco são policiais militares. Quatro foram detidos o terceiro-sargento Heron Teixeira Pena Vieira, da Rotam, continua foragido.

A operação também prendeu um caseiro, apontado como o executor do crime, e cumpriu dois mandados de busca e apreensão. As ordens judiciais foram expedidas pelo Núcleo de Inquéritos Policiais da Comarca de Cuiabá (Nipo) e cumpridas pela Delegacia Especializada de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP).

Os alvos da operação incluem policiais lotados no Batalhão de Ronda Ostensiva Tático Metropolitana (Rotam), um soldado do Comando-geral da PMMT e um agente de proteção de dignitários do Governo do Estado.

Os mandados de busca e apreensão foram cumpridos em uma chácara localizada no bairro Capão Grande, em Várzea Grande, e no batalhão da Rotam, no bairro Dom Aquino, em Cuiabá. Du-

## CASO RENATO NERY

# PMs são presos em investigação sobre assassinato de advogado

Divulgação/PJC-MT



rante a operação, os policiais apreenderam uma arma de fogo que teria sido utilizada no homicídio. Também foram identificadas a rota de fuga do executor e a motocicleta usada no crime, que foi apreendida.

O delegado responsável pelo caso ressaltou que a operação busca esclarecer completamente o homicídio do advogado Renato Nery, ocorrido na porta do seu escritório na avenida Fernando Corrêa da Costa, em Cuiabá. As investigações seguem em andamento, com a polícia empenhada na localização do suspeito foragido e na obtenção de mais provas para esclarecer a participação de cada um dos envolvidos.

**EXECUÇÃO BRUTAL** - Renato Nery tinha 72 anos quando foi morto em 5 de julho de 2024. Ele chegava em seu escritório, localizado na Avenida Fernando Corrêa da Costa, uma das principais vias da capital, quando foi atingido por disparos.

Nery foi socorrido e submetido a uma cirurgia em um hospital pri-

vado de Cuiabá, mas não resistiu e foi a óbito horas após o procedimento médico.

A Operação Office Crime já teve outras fases anteriores, todas voltadas para a elucidação do crime. Com o avanço da investigação, a Polícia Civil pretende reunir mais elementos para concluir o inquérito e encaminhar o caso à Justiça.

### LISTA DOS ALVOS DA OPERAÇÃO:

- Alex Roberto de Queiroz Silva - Caseiro, apontado como executor do crime.
- Heron Teixeira Pena Vieira - Terceiro-sargento da Rotam (foragido).
- Jorge Rodrigo Martins - Segundo-sargento da Rotam.
- Leandro Cardoso - Terceiro-sargento da Rotam.
- Wailson Alesandro Medeiros Ramos - Agente de proteção de dignitários da Casa Civil.
- Wexcerlley Benevides de Oliveira - Soldado, lotado no Comando-geral adjunto da PMMT.



# Quem é contra o agro?

Historicamente, a pressão externa por mais sustentabilidade no agronegócio brasileiro tem sido vista mais como uma forma de sabotagem econômica do que uma oportunidade. De fato, não há como negar que outros países têm interesses comerciais contrários ao agronegócio brasileiro e tentam conduzir suas próprias pautas ao mesmo tempo em que exploram nossas fraquezas. Essa é, afinal, a máxima do mundo dos negócios. Entretanto, não pode o agro brasileiro continuar se comportando como se nosso único problema fosse a comu-

nicação, atacando os mensageiros em vez de atuar na base do problema. Ora, é igualmente inegável há uma parcela de produtores que ignora as leis ambientais e destrói nossas maiores riquezas em troca de ninharias. São poucos, representando cerca de 2% dos imóveis rurais, que desmataram ilegalmente 2/3 do Cerrado e da Amazônia desde 2008. Entretanto, esse pequeno grupo é amparado por um aparato estatal arcaico, que ainda beneficia ou faz vista grossa ao enorme prejuízo que causam tanto à imagem do

Brasil quanto à do agronegócio nacional. Pior que isso, acabam encontrando amparo também em alguns produtores que respeitam a legislação ambiental, mas se sentem insubstituíveis no cenário mundial. Bradam aos quatro ventos que não há outro país capaz de atender à enorme demanda mundial por alimentos, alheios ao fato de que os maiores parceiros comerciais do agronegócio brasileiro estão traçando suas estratégias para reduzir a dependência de nossos produtos. A China, por exemplo, tem feito investimentos vultosos na África e na logística para escoar a produção daquela região com muito mais celeridade e segu-

rança. Enquanto o Brasil prevê aumentar suas exportações de soja e milho em 32% até 2030, os chineses projetam a redução de 70% nas suas importações de milho no mesmo período. A quem venderemos? O movimento de troca dos produtos brasileiros é lento, mas está em curso. É um processo demorado, afinal o Brasil tem anos de dianteira na questão tecnológica, mas essa disputa ganhou outro significado com a guerra na Ucrânia. A soberania alimentar se tornou uma questão essencial para vários países, principalmente na Europa, que há tempos tem criticado o Brasil pelas transgressões ambientais daquela pequena parcela de produtores. São esses transgres-

sores os verdadeiros inimigos do agronegócio, não a imprensa, como alguns representantes do setor parecem pensar. A questão climática e ambiental é uma preocupação mundial e pode ser uma oportunidade ímpar para os agricultores brasileiros exportarem produtos com maior valor agregado, ao mesmo tempo em que ampliam seu potencial de mercado. Entretanto, isso requer uma mudança fundamental no ponto de vista. Para nós, sorte, temos grupos que estão antenados a essa oportunidade e se movem para captura-la, aproveitando o significativo desenvolvimento tecnológico que temos para criar um novo patamar do agronegócio.

# Celebrando a Quaresma

Pe. Deusdédit Monge (\*)

Motivados pela reflexão cristã e unidos aos sentimentos de Jesus Cristo, somos chamados, neste sagrado tempo da quaresma, a fazer o caminho de preparação para a Páscoa da Ressurreição. É uma oportunidade especial para a revisar a vida, reavivar a fé e experimentar o amor de Deus, que nos leva à conversão. O espírito quaresmal nos chama à contrição e ao reconhecimento dos nossos pecados. As práticas da esmola, do jejum e da oração, comuns no Judaísmo, praticadas de maneira superficial na época, são retomadas e ressignificadas por Jesus de forma mais profunda. Como o povo de Israel, que andou 40 anos no deserto, rumo à Terra prometida (Terra de Canaã) e como Jesus que passou 40 dias de retiro preparando a entrega total de sua vida ao mundo, assim os cristãos, na quaresma, acompanham os passos do Divino Salvador, rumo ao calvário para a sua paixão, morte e ressurreição. A Espiritualidade Quaresmal é caracterizada, primeiramente, pela escuta da palavra

de Deus: lembrando o salmista que diz “vossa palavra é uma luz para os meus passos, uma lâmpada luzente em meu caminho” (Sl 118, 105). A palavra de Deus nos chama à conversão e reanima nossa confiança na misericórdia e bondade de Deus. Portanto, vamos ouvir o recado de Deus nesta quaresma através de sua Divina palavra! A Oração: na quaresma devemos intensificar a vida de oração pessoal e comunitária. Lembramos a via-sacra em família, como momento forte de oração comunitária. Pela oração entramos em sintonia e intimidade com Deus e discernimos sua vontade. A oração é o esteio da vida. A Caridade na quaresma somos chamados ao exercício da caridade fraterna e solidariedade com os irmãos e irmãs. Por isso, a Igreja no Brasil promove no período da Campanha da Fraternidade. A Campanha da fraternidade, com 61 anos de existência (1964-2025), é o modo brasileiro de celebrar a quaresma. Ela não esgota toda a riqueza da espiritualidade quaresmal. Porém, dá-lhe o tom e enriquece-a. Por isso, cada ano, recebemos um convite

para viver a quaresma à luz da Campanha Fraternidade, em espírito de conversão pessoal, comunitária e social. Neste ano a Campanha da fraternidade tem como tema: Fraternidade e ecologia Integral e lema “DEUS VIU QUE TUDO ERA BOM” (Gn 1,31). A campanha tem como objetivo geral: “PROMOVER, EM ESPÍRITO QUARESIMAL E EM TEMPOS DE URGENTE CRISE SOCIOAMBIENTAL, UM PROCESSO DE CONVERSÃO INTEGRAL, OUVINDO O GRITO DOS POBRES DA TERRA”. Esta campanha da fraternidade nos recorda o nosso papel de guardiões da criação. Deus colocou em nossas mãos a missão de cuidar, zelar e administrar da sua obra criadora. Somos, verdadeiramente, os jardineiros de Deus. Este jardim vem sendo vilipendiado e depredado pela ganância humana. A atitude de cuidado como casa comum é um dado fundamental da fé cristã. O Jejum quaresmal: o jejum e a abstinência de carnes são gestos exteriores que expressam nosso esforço de conversão e mudança interior.

Porquanto, a Quaresma é tempo de retomar o caminho do Evangelho, de renovação espiritual, de morte ao pecado e de cultivo da vida nova na graça de Deus. Entretanto, o Jejum que agrada a Deus deve estar sempre acompanhado de obras de misericórdia para com o próximo. A Esmola: É um exercício de libertação do egoísmo. A partilha dos bens materiais é um gesto de caridade cristã que enobrecer a alma humana. Porém, dar esmola não é apenas dar dinheiro, roupas e alimentos... É fazer-se doação e entrega aos irmãos no serviço fraterno e gratuito. Que a celebração desta quaresma, traga frutos de renovação espiritual para todos os corações penitentes e nos prepare para as alegrias pascais.

*\*PE. DEUSDÉDIT MONGE é vigário -geral da Arquidiocese de Cuiabá e Cura da Catedral Senhor Bom Jesus de Cuiabá*



# INSS: Como evitar erros

Talissa Nunes (\*)

A aposentadoria é um direito essencial para garantir segurança financeira na terceira idade, mas muitos trabalhadores enfrentam dificuldades na hora de solicitar os benefícios do INSS. Para quem é trabalhador independente, autônomo ou MEI, o planejamento previdenciário se torna ainda mais importante, pois a ausência de contribuições regulares pode comprometer o acesso à aposentadoria e outros benefícios. Neste artigo, explicarei como os trabalhadores podem se preparar para a aposentadoria, quais os principais benefícios disponíveis e os erros mais comuns que devem ser evitados no momento da solicitação. Diferente dos trabalhadores com carteira assinada, que têm o INSS recolhido diretamente pelo empregador, os trabalhadores independentes precisam contribuir por conta própria. Esse pagamento pode ser feito por meio do Carnê GPS (Guia da Previdência Social) ou pelo DAS MEI (para Microempreendedores Individuais). O valor da contribuição influencia diretamente no tipo de benefício que poderá ser solicitado no futuro. Quanto maior a

contribuição, melhor será o cálculo da aposentadoria e demais benefícios, como auxílio-doença e salário-maternidade. Muitos autônomos deixam para pensar na aposentadoria apenas quando estão perto da idade mínima, mas a ausência de contribuições regulares pode resultar em dificuldades para cumprir o tempo mínimo de carência e, consequentemente, no indeferimento do pedido de aposentadoria. O processo de solicitação dos benefícios do INSS pode ser feito de forma digital, pelo portal Meu INSS, evitando a necessidade de deslocamento às agências. O primeiro passo é acessar a plataforma e verificar o extrato previdenciário (CNIS), onde estão registradas todas as contribuições feitas ao longo da vida. Caso o trabalhador tenha períodos sem contribuição, é possível fazer uma complementação retroativa, desde que comprove a atividade exercida no período em questão. Isso pode ser feito com notas fiscais, declarações de imposto de renda, recibos e contratos de prestação de serviço. Outro ponto importante é escolher o tipo de aposentadoria mais vantajoso para cada caso. Atualmente, há diferentes modalidades, como aposentadoria por idade,

aposentadoria por tempo de contribuição (para segurados antigos), aposentadoria especial (para atividades de risco) e a aposentadoria programada conforme a reforma da Previdência. No momento da solicitação, é fundamental reunir toda a documentação necessária, como RG, CPF, comprovante de endereço, carteira de trabalho (se houver vínculos anteriores), carnês de contribuição e documentos específicos para cada tipo de benefício. Erros comuns Muitos pedidos de aposentadoria são negados devido a erros no cadastro previdenciário, falta de documentos ou contribuições irregulares. Um dos problemas mais recorrentes é a divergência no CNIS, que pode fazer com que períodos de contribuição não sejam considerados pelo INSS. Outro erro comum é o pagamento incorreto das contribuições. Para trabalhadores autônomos, há diferentes alíquotas de contribuição, que variam conforme a necessidade de contar ou não com o direito à aposentadoria por tempo de contribuição. Se o pagamento for feito de forma errada, pode ser necessário complementar valores para evitar prejuízos no futuro.

Além disso, muitos trabalhadores não consideram a melhor estratégia para solicitar o benefício, deixando de buscar alternativas como a revisão do tempo de contribuição ou a conversão de tempo especial em comum, o que pode impactar diretamente o valor da aposentadoria. Planejar a aposentadoria desde cedo é essencial para garantir um futuro financeiro seguro. Para os trabalhadores independentes, o controle das contribuições e o acompanhamento do CNIS são medidas fundamentais para evitar problemas na hora de solicitar os benefícios do INSS. Se você tem dúvidas sobre sua situação previdenciária ou quer garantir que sua aposentadoria seja concedida da forma mais vantajosa, buscar o auxílio de um especialista em direito previdenciário pode fazer toda a diferença. Um bom planejamento previdenciário evita surpresas desagradáveis e garante que seus direitos sejam preservados.

*\*TALISSA NUNES é advogada especialista em Direito Previdenciário em Cuiabá (MT)*



# A IA mandou Trump ajoelhar

Claiton Cavalcante (\*)

A inteligência artificial (IA) tem sido uma ferramenta revolucionária em diversos campos, desde a área industrial até o atendimento ao consumidor. No entanto, ela só parece ser “boa” enquanto está a favor de determinados interesses ou grupos. Quando a tecnologia começa a escapar do controle e prejudicar aqueles que antes a defendiam, os alertas finalmente são acionados. Com cenário brasileiro, o mundo tem assistido a um embate entre autoridades do Poder Judiciário, como o ministro Alexandre de Moraes, e gigantes da tecnologia, como Elon Musk, dono do X (antigo Twitter). O ministro tem demonstrado preocupação com o uso da IA na manipulação da opinião pública, especialmente em processos eleitorais.

Contudo, a grande ironia desse debate é que agora aqueles que antes desdenhavam dessas preocupações começam a sentir na pele os efeitos negativos da inteligência artificial. Um exemplo claro desse fenômeno foi um vídeo controverso que viralizou recentemente: nele, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, aparece ajoelhado, chupando o dedão do pé de Elon Musk dentro do Departamento Americano de Habitação e Desenvolvimento Urbano. Posteriormente, descobriu-se que essa cena bizarra foi criada por inteligência artificial cujo objetivo era criticar a estreita relação entre o republicano e o empresário que virou secretário de estado. O impacto da peça de desinformação foi tão grande que a preocupação das grandes potências agora se volta para entender quem manipulou essa imagem

e como ela foi introduzida nos sistemas de comunicação do governo americano. Esse caso escancarou a hipocrisia daqueles que antes viam a IA como uma ferramenta para influenciar e desestabilizar países como o Brasil. Ou quem não lembra durante as eleições brasileiras, as redes sociais foram palco de uma verdadeira guerra de desinformação, levando Alexandre de Moraes a travar uma batalha árdua contra as gigantes da tecnologia para conter a disseminação de fake news. Agora, quando a inteligência artificial atinge diretamente a imagem de uma das figuras mais poderosas do mundo, o jogo parece estar virando. A grande questão que fica é: até onde vale a pena defender a IA sem limites? A partir do momento em que ela passa a criar realidades paralelas, propagar falsas verdades e afetar a reputação de líderes políticos, torna-se um problema global. Quem antes ignorava os perigos dessa tecnologia, agora se vê obrigado a lidar com os danos causados por ela. E pelo jeito o Trump chupou um dedo azedo, porque azedou o encontro dele com o presidente ucraniano Volodymyr Zelensky, dado tamanho foi o bate-boca entre os dois... bate-boca verdadeiro, sem auxílio da IA! Jonathan Haidt, em seu livro “A Geração Ansiosa”, argumenta que o uso excessivo da tecnologia e das redes sociais tem causado impactos psicológicos devastadores, especialmente entre os jovens. Ele destaca como a exposição a conteúdos manipulados gera ansiedade, desconfiança e polarização extrema. Ainda, segundo o autor, essa perspectiva se aplica perfeitamente à ascensão da IA generativa, que é aquela que aprende com os dados (diferente da IA tradicional), pois estamos diante de uma ferramenta que amplifica a confusão social, tornando cada vez mais difícil distinguir o que é real e o que é fabricado.

E por último, Haidt afirma que a disseminação de deepfakes (estágio superior a fake news) e a manipulação da informação não apenas afetam figuras públicas, mas também contribuem para um ambiente de insegurança e descrença na própria realidade. O livro é fantástico. É um verdadeiro manual para pais de jovens e crianças. O episódio envolvendo Trump e Musk nos mostra que a IA não escolhe lado. Ela pode ser usada tanto para favorecer quanto para prejudicar qualquer pessoa, independentemente de seu status ou poder. Se antes os Estados Unidos e suas grandes empresas de tecnologia pareciam indiferentes ao impacto da inteligência artificial sobre a política de outros países, agora têm um motivo real para se preocupar. Fico a me perguntar: E quando a IA se voltar contra Musk, como será seu comportamento? A inteligência artificial é, sem dúvida, uma ferramenta poderosa, mas quando utilizada de maneira irresponsável, torna-se uma arma perigosa. A questão não é se devemos ou não usá-la, mas sim como estabelecer limites e regulamentações que impeçam seu uso nocivo. No fim das contas, o título do artigo rimou, e talvez seja a hora de reconhecer que a preocupação de Xandão com a IA não era exagerada, e que todos, independentemente de suas ideologias, correm o risco de serem vítimas dessa tecnologia que, ironicamente, ajudaram a fomentar.



Jornal

FUNDADO EM 2020

ADMINISTRAÇÃO:

DIRETOR GERAL:

GEANDRÉ FRANK LATORRACA

EDITOR CHEFE:

GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:

AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:

Email: [impressomt@gmail.com](mailto:impressomt@gmail.com) - Site: [www.oimpressomt.com.br](http://www.oimpressomt.com.br)

Rua Capitão Iporã, 101 - ANEXO A - Bairro: Pico do Amor - CEP: 78065090 - Cuiabá - MT

Telefone: 65 99696-6688



**VERGONHA NACIONAL**

Ministra Carmen Lúcia aponta que pagamento de R\$ 10 mil a servidores e magistrados do TJMT representa 'desconfiguração' do vale-alimentação

# STF mantém 'vale-peru' suspenso

Da redação

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), manteve suspenso o pagamento do vale-peru a mais de R\$ 8 mil aos servidores e magistrados do Tribunal de Justiça (TJMT), que serão obrigados a devolverem o valor. A decisão é da última segunda-feira, 3 de março. O julgamento é referente ao "presentão de Natal" concedido aos servidores e magistrados no mês de dezembro, que foi derrubado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) assim que se tornou de conhecimento do público.

O benefício adicional pago no mês de dezembro elevou o valor do vale-alimentação mensal, de R\$ 2.055 para R\$ 10.055, e era válido exclusivamente naquele mês. Ao analisar o caso, o corregedor nacional de Justiça, Mauro Campbell, afirmou que esse tipo de ajuste pontual



Carmen Lúcia aponta que suspensão do 'vale-peru' de R\$ 10 mil atende ao princípio da 'moralidade'

caracteriza um benefício "atípico e injustificável", exigindo "prudência na gestão de recursos públicos".

Inconformado com a decisão, o Sindicato dos Servidores do Poder Ju-

diciário de Mato Grosso (Sindjusmat) moveu um mandado de segurança para tentar derrubar a suspensão do benefício. Conforme a instituição que representa os servidores, o bônus já havia

sido pago e eles já haviam utilizado o valor.

Entretanto, a ministra manteve a decisão do corregedor nacional de Justiça, ministro Mauro Campbell Marques, quanto à suspensão do

vale-peru, por entender que a medida configurava uma "desconfiguração da rubrica" do auxílio-alimentação.

"O Conselho Nacional de Justiça alega que o Corregedor Nacional de Justiça considerou o aumento específico e pontual uma 'desconfiguração' da rubrica, sendo necessário fazer uma melhor análise, mas 'por prudência', determinou a suspensão do pagamento", consta.

Carmen Lúcia apontou ainda que a suspensão do pagamento do benefício deu-se em observância às normas de regência aplicáveis, para garantir o cumprimento dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, notadamente o da "moralidade".

**SOBRE O CASO** - O pagamento do benefício de R\$ 10 mil, apelidado de "Vale Peru", foi autorizado no dia 17 de dezembro por meio de provimento assinado pela então presidente do

TJ-MT, desembargadora Clarice Claudino da Silva. A medida previa que o valor seria excepcional em dezembro, retornando aos R\$ 2.055 habituais, concedidos como vale-alimentação, a partir de janeiro de 2025.

A medida gerou ampla repercussão e críticas após a divulgação de que o custo total do pagamento, considerando os magistrados e os cerca de seis mil servidores do Judiciário estadual, ultrapassaria R\$ 50 milhões aos cofres do TJ-MT. Diante da polêmica, o CNJ iniciou uma investigação para avaliar a legalidade e razoabilidade do aumento.

O episódio colocou o Tribunal de Justiça de Mato Grosso sob os holofotes nacionais. Porém, essa não foi a primeira vez que o TJ-MT aprovou um bônus de fim de ano. Em 2023, o auxílio-alimentação foi elevado de R\$ 1,9 mil para R\$ 6,9 mil no mesmo período.

## DECISÃO TOMADA

# Governo fecha acordo para concluir obras do BRT

Da redação

O Governo de Mato Grosso e o Consórcio BRT chegaram a um acordo sobre a rescisão do contrato para as obras do BRT. Conforme as cláusulas contratuais, o consórcio deverá concluir os trabalhos no trecho entre a entrada do bairro CPA, até próximo ao Crea, na Avenida Historiador Rubens de Mendonça (Avenida do CPA).

O acordo foi encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público pela Secretaria de Estado de Infraestrutura, nesta sexta-feira, dia 7 de março, e será analisado pelas duas instituições.

"Esse acordo é importante pois colocamos um fim em uma possível disputa judicial que poderia atrapalhar a conclusão da obra. Trabalhamos sempre com o objetivo de garantir

a conclusão do trecho, que já foi iniciado e, com isso, proporcionar a mobilidade no trânsito de toda a região. Agora, podemos avançar na contratação de novas empresas para terminar o BRT", destacou o governador Mauro Mendes.

De acordo com o documento, o consórcio terá prazo de 150 dias, ou seja, cinco meses para concluir os trabalhos na Avenida do CPA.

Outra questão firmada no acordo se deve aos atrasos nas obras, decorrentes da proibição pela Prefeitura de Cuiabá das empresas fazerem o levantamento topográfico do trecho onde o BRT iria passar. A resistência gerou prejuízo, pois o consórcio já havia mobilizado canteiro de obra, contratação de pessoal, entre outros pontos.

Na época, em 2023, quando a obra iria co-

meçar em Cuiabá, o então prefeito Emanuel Pinheiro dificultou a emissão do alvará para que fosse dado início à construção do modal. Uma batalha jurídica foi travada, até que a justiça e o Tribunal de Contas do Estado concederam a autorização devida.

Houve também a mobilização de canteiro para a obra do BRT nas Avenidas Filinto Muller e Couto Magalhães e a reconstrução do Terminal André Maggi, em Várzea Grande. Essas obras não ocorreram por um pedido dos empresários da região, Câmara de Vereadores e do prefeito da época Kalil Baract.

Para reequilíbrio econômico financeiro necessário por esses motivos, a Sinfra reconheceu o direito do consórcio de receber o valor de R\$ 11,4 milhões, cujos prejuízos foram devidamente comprovados. Porém,

se o prazo de cinco meses não for cumprido, os valores devidos não serão pagos. O acordo traz, no entanto, a obrigação pelo consórcio de destinar 80% deste valor

para pagar os fornecedores locais, que prestaram serviço ao consórcio e não receberam.

**PROIBIÇÃO** - O consórcio ficará proibido de contratar com o Es-

tado por um ano. Caso não cumpra o prazo estipulado, para concluir a obra em cinco meses, será executada uma multa no valor de R\$54 milhões.



Consórcio terá que concluir obras da Avenida do CPA em 5 meses, ou receberá multa de R\$ 54 milhões

## ESTACIONAMENTO ROTATIVO

# Abilio Brunini espera que CPI ajude a romper contrato



Abilio espera que CPI encontre informações que a Prefeitura não tem sobre o contrato com a CS Mobi

Da redação

O prefeito de Cuiabá, Abílio Brunini (PL), espera que os resultados da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Estacionamento Rotativo, na Câmara de Cuiabá, ajudem a encontrar algum meio de romper o contrato de parceria público-privada (PPP) com a empresa CS Mobi, que tem validade de 30 anos.

Crítico do estacionamento rotativo, Abilio tem mirado na empresa desde o início de seu mandato, com objetivo de romper o contrato. Porém, durante reuniões com representantes da empresa, recebeu a informação de que a multa pelo rompimento é de R\$ 135 milhões,

o que torna inviável a medida.

"Temos que levantar todas as informações para termos um parecer sobre isso. Todo mundo sabe a minha intenção, eu já deixei claro até para os donos da empresa, a minha intenção é romper esse contrato, esse formato, pra mim, não é o formato certo. Iniciamos uma câmara de negociação e deve estar na fase de composição e a empresa deve compor os nomes deles e tudo mais. Mas, se for possível remodelar esse contrato, para não pagarmos uma multa de R\$ 135 milhões, a gente tem que avaliar quais são os ônus e bônus", comentou.

Com poucas opções na via administrativa,

Abilio espera obter mais informações a partir dos trabalhos da CPI.

"Eu acho que vamos ter acesso a muitas outras informações que não estão aqui", apontou.

No último dia 30 de janeiro, o prefeito determinou a suspensão temporária do pagamento mensal de R\$ 650 mil à empresa CS Mobi, responsável pelo estacionamento rotativo.

A concessão de 30 anos firmada entre o município e a CS Mobi previa melhorias na infraestrutura do Centro Histórico, promovendo acessibilidade e inovação urbana. A empresa também ficou responsável pela construção do novo Mercado Municipal. No entanto, segun-

do Brunini, os avanços previstos não ocorreram de forma satisfatória.

Recentemente, a Justiça suspendeu uma cláusula considerada ilegal do contrato, que previa "possibilidade de retenção ou bloqueio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), até a resolução do mérito".

A justiça destacou que a Constituição Federal proíbe a retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos atribuídos aos municípios. A Constituição Federal também prevê a proibição de vincular receita de impostos a órgão, fundo ou despesas e a prestação de garantia às operações de crédito por antecipação de receita.



Canal 30.1 | 89,5 fm | al.mt.gov.br | FaceALMT | assembleiamt

# Não inventa moda!

Ao atravessar uma rua ou avenida, utilize sempre a faixa de pedestres e evite acidentes.



**Campanha Faixa Segura – Lei N° 12.711/2024**

*\*Motorista, o pedestre sempre tem prioridade.*